

Nova diretoria da ADUFPB é contra a proposta de EXTINÇÃO DO RETIDE

Assembléia Geral discutirá o tema no dia 02 de julho

A ADUFPB fará uma Assembléia Geral no dia 02 de julho, no Auditório da Reitoria, para debater a proposta recém lançada pelo Ministério do Planejamento, de alteração da carreira docente e de mudanças no regime de dedicação exclusiva, com a **extinção da DE** e ato contínuo a criação de uma nova gratificação aos nossos contracheques, a **“Gratificação de Dedicação Exclusiva”**. A mesma Assembléia também será realizada nos Campi de Areia e Bananeiras no dia 01.

Como já amplamente noticiado, no último dia 13 de maio, os ministros do Planejamento e da Educação participaram de audiência com diretores do ANDES-SN e apresentou para discussão a proposta de alteração da carreira docente, sob o pretexto de adequar a administração financeira e patrimonial das universidades ao Acórdão 2.731/2008 do Tribunal de Contas da União (TCU). Na visão do TCU – e também, vale a pena lembrar, do Ministério Público –, as chamadas fundações de apoio de apoio à pesquisa nas Universidades Federais vêm sistematicamente infringindo diversas leis da administração pública, cobrando taxas indevidas de administração de fundos de pesquisa, bem como efetuando o pagamento de remunerações, salários e emolumentos irregulares aos dirigentes desses órgãos. No ano passado, sobre isto, tivemos as crises das fundações de apoio à pesquisa, fartamente negociadas na imprensa, que resultaram nas renúncias dos Reitores da UnB e da UNIFESP (Federal de São Paulo).

A primeira leitura que a Diretoria Executiva da ADUFPB faz da proposta do

governo é a de que as mudanças sugeridas pelo Planejamento na verdade prevê a extinção do regime de Dedicação Exclusiva (DE) e não, ao contrário do que tem se feito circular em algumas análises superficiais –, de que a proposta promoveria uma “flexibilização” da DE. Ora, com a vigência dessa regra, passariam a existir apenas os regimes T20 e T40 – e o que hoje é conhecido como Dedicação Exclusiva seria apenas uma gratificação.

Dessa maneira, a leitura preliminar da diretoria da ADUFPB é da que qualquer alteração na carreira docente passa pelo fortalecimento do Regime de Dedicação Exclusiva, ao invés da extinção do regime, por diversos motivos, mas principalmente três:

■ **As experiências nacionais e internacionais melhor sucedidas de Universidade são baseadas na estabilidade do regime de trabalho, caso das universidades paulistas e do sistema das Universidades Federais.**

■ **A extinção da DE vai acarretar uma situação de insegurança jurídica, já que os valores correspondentes podem vir a ser retirados de todos os aposentados.**

■ **A extinção da DE reduziria o valor real vencimentos básicos, menos nos regimes de T40 e T20, trazendo prejuízos também nos cálculos da in salubridade e dos anuênios.**

A Diretoria da ADUFPB também considera inapropriado vincular diretamente a adequação da gestão das Instituições Federais de Ensino (IFEs) ao Acórdão do

TCU. Na opinião do presidente do Sindicato, Jaldes Reis de Meneses, do Departamento de História, “existem outras maneiras de se fazer essa adequação sem mexer na DE, e podemos contribuir com várias sugestões”.

Na análise da Diretoria Executiva da ADUFPB, o Acórdão do TCU, mais do que dizer respeito diretamente à pesquisa, na verdade pretende disciplinar as atividades de parceria e venda de serviços, assessoria, extensão e consultoria. Desta forma, não seria necessário fazer o vínculo direto entre o Acórdão e a carreira docente.

Por outro lado, a Diretoria da ADUFPB considerou interessante a unificação do piso e teto remuneratório da carreira docente com a dos pesquisadores lotados no Ministério de Ciência e Tecnologia. Já a tese apresentada pelo Ministério do Planejamento de ampliar o teto de recebimento de recursos por docentes individuais na ordem de R\$ 23 mil por mês atinge apenas uma parcela tão ínfima da categoria que sequer pode ser saudada, a exemplo do que já se foi visto em manifestações esporádicas, como um “lado positivo” da proposta.

Desde quando foi lançada, a proposta do Ministério do Planejamento tem despertado interesse na categoria e diversos setores já se manifestaram, em geral, contrários, tais como o Andes e a Andifes. O próprio MEC afirma que não tem, ainda, posição, a respeito. Nos dias 13 e 14 de junho, o Setor das Federais do Andes reunir-se-á, em Brasília, com pauta exclusiva sobre o assunto.

A proposta, do MPOG, ponto por ponto:

ESTRUTURAÇÃO DE REMUNERAÇÃO COM PAGAMENTO POR PROJETO PARA DOCENTES QUE ESTEJAM TRABALHANDO COM PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO:

- Mudança no conceito de "Dedicação Exclusiva".
- Criação de "Gratificação de Dedicação Exclusiva".
- Extinção da GEMAS, com incorporação ao Vencimento Básico.
- Regime de opção pela Gratificação de Dedicação Exclusiva semestral. Não optantes passam a ser Docentes em Regime Integral de 40 horas.
- Equalização do valor final da remuneração dos doutores, mestres e especialistas com a carreira de Ciência e Tecnologia.

ESTRUTURAÇÃO DE REMUNERAÇÃO POR PROJETO PARA DOCENTES E TÉCNICOS QUE ESTEJAM TRABALHANDO COM PROJETOS DE PESQUISA, EXTENSÃO E CONSULTORIA:

- Pagamento via SIAPE com receita própria de projetos, consultorias, etc
- Deixa de receber a Gratificação de Dedicação Exclusiva ao receber remuneração por projetos com receita própria.
- Estrutura de cálculo previdenciário mantendo compatibilidade com remuneração de Professor em DE.
- Cálculo de IRPF sobre o montante total pago pelo SIAPE
- Corte de valores no Teto Constitucional (R\$ 24,5 mil).
- Criação de núcleos de apoio a pesquisa, extensão e consultoria.
- Criação de estrutura de gerenciamento de projetos de pesquisa e extensão, nos moldes das Fundações de Apoio na estrutura das IFES.
- Criação do cargo de Gestor de Projetos.

Nova Diretoria da ADUFPB toma posse

A nova Diretoria Executiva da ADUFPB tomou posse na última sexta-feira (29), em cerimônia realizada na sede sociocultural da entidade, no bairro do Cabo Branco. O evento foi marcado pela participação do conjunto de metais Sexteto Brassil. Pela manhã, o Sindicato realizou também um ato ecumênico no Centro de Vivência do Campus I, em João Pessoa.

Com 69% dos votos válidos (votos totais menos os brancos e nulos), a chapa ADUF Paratodos venceu, no último dia 6 de maio, as eleições do sindicato. A votação foi realizada nos campi de João Pessoa, Bananeiras e Areia. Os filiados do Litoral

Norte votaram nas urnas da capital. Foram apurados 970 votos, sendo 643 favoráveis à chapa ADUF Paratodos e 283 à Novos Rumos. A Comissão Eleitoral registrou, ainda, 20 votos em branco (2,06%) e 24 nulos (2,47%).

As eleições da ADUFPB repercutiram nos veículos de comunicação da Paraíba. Sites de notícia e jornais impressos noticiaram a votação e o resultado final do pleito. Também foi grande a repercussão entre os próprios associados, que enviaram ao Sindicato parabéns pela realização de um processo eleitoral transparente e organizado.

Uma das novidades que provocaram

elogios foi a instalação de um telão para transmitir instantaneamente as parciais da apuração. Graças ao equipamento, professores e professoras que se reuniram em frente à sede do Sindicato na noite da quarta-feira para aguardar o resultado puderam fiscalizar todo o processo que se deu dentro da sala onde os votos eram contados, comprovando a transparência do processo.

Após o resultado final, vários professores e professoras tanto de João Pessoa quanto dos campi de Bananeiras, Areia e Litoral Norte fizeram questão de parabenizar a nova Diretoria Executiva da ADUFPB via email e telefone.

Assembleia Geral

2 de Julho de 2009

(Quinta-feira)

Local: Auditório da Reitoria,
às 09 horas

PAUTA

- **Informes**
- Posição da ADUFPB sobre a proposta de Extinção da DE
- Questões Jurídicas

1 de Julho de 2009
(Quarta-feira)
Local: Areia e Bananeiras

Professor, participe. Fortaleça o seu sindicato! www.adufpb.org.br | adufpb@terra.com.br | Telefone: 83.3133-4300 | 83.3224-8375 (fax)